

▼ CONFLITO DE TERRAS (1)

Disputa leva índios a fazerem 4 refêns

Kaingangues querem área do Toldo do Pinhal reconhecida pelo governo como sua propriedade. Colonos não admitem sair sem ser indenizados

PAULO ÉDSON PAIM

Seara

Viagens, reuniões, vistas e negociações. Ameaças, provocações, divergências e intrigas. Uma das partes do distrito de Nova Teotônia, em Seara - no Oeste -, já foi de tudo um pouco desde 1993. O Toldo do Pinhal, uma área de terra disputada por brancos e índios, se tornou palco de um dos maiores impasses fundiários do Estado. Há três anos, a Funai publicou parecer reconhecendo os 8.990 hectares do Toldo como reserva indígena dos kaingangues. Afirmando não poder devolver toda a terra aos índios, o Ministério da Justiça prometeu entregar 894 hectares - menos de 10% - aos nativos.

Para que a devolução se efetivasse, a União precisa-

ria indenizar as 38 famílias de colonos proprietários e 15 de arrendatários. Feito o levantamento das benfeitorias, o acordo não houve. Índios e agricultores passaram a pressionar a Funai e o Incra para que a solução saísse. Na quarta-feira passada, os kaingangues resolveram atacar. Partiram para a ofensiva, fazendo quatro servidores dos dois órgãos de refêns. A libertação, prometem os índios, só vai ocorrer se os órgãos governamentais resolverem o problema do Toldo em definitivo.

COR DE SANGUE - A terra fértil do Toldo tem cor de sangue, diante de tanta ameaça e iminência de conflito. Os kaingangues querem a terra reconhecida pelo governo como propriedade indígena. Os colonos não admitem perder a posse - concedida pelo próprio

governo - sem que sejam reassentados ou indenizados condizentemente. Promessas de uma nova avaliação das benfeitorias foram inúmeras. Tentativas de acordo são incontáveis. Em setembro deste ano, o cacique João Gonçalves Myn disse que não esperaria até o final do ano para o desfecho. Antes, acionaria as tribos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para formar um grande contingente e expulsar os agricultores.

Cumriu em parte a promessa. Reuniu cerca de 300 índios para, na última quarta-feira, seqüestrarem o executor do Incra, Euclides Basso, e o administrador regional da Funai, Ademir Migliavaca. Um dia depois, o superintendente do Incra, Ademar Simon, e o servidor da Funai, João Batista Oselane, foram ao Toldo para pedir a liberação dos colegas. Acabaram ficando retidos também. E formando um contingente de quatro refêns. Todos incommunicáveis. Nem a possibilidade concreta da ação da Polícia Federal amedronta os kaingangues.

■ SEGUIE ▶

Divergências



IRINEU DALLA DO VALLE/DC/Seara

Kaingangues querem a terra reconhecida pelo governo como propriedade indígena

Class.	10/10/96
Data	27/10/96
Fone	10/10/96
SOCIOAMBIENTAL	10/10/96
INSTITUTO	10/10/96

▼ CONFLITO DE TERRAS (2)

Proximidade geográfica acirra ânimos

Indígenas voltam ao Toldo do Pinhal e montam barracos ao redor da sede. Agricultores estão fixados de 500 m a dois quilômetros do acampamento

A miserabilidade e a marginalização dos kaingangues do Toldo do Pinhal são extremas. Eles andam descalços, se vestem mal e falam o português com muita dificuldade. As crianças estão estudando, mas muitas com até 12 anos estão na 1ª série, devido à falta de sequência no aprendizado. A tribo esteve espalhada até 1993 e reduzida na área ao cacique João Maria Rodrigues Piroy, falecido no ano passado. João Maria ficou trabalhando para os colonos da área, na terra que primitivamente pertencia a seus ancestrais. Quando souberam que o velho cacique estava prestes a ser despejado, os descendentes voltaram à terra para evitar a expulsão do chefe.

Nos últimos três anos, 14 famílias de índios - cerca de 80 pessoas - voltaram

para o Toldo do Pinhal. Primeiro acamparam às margens do morro para morar com João Maria. Depois, desceram e ocuparam o pequeno salão comunitário e a escola Nova Brasília, a 500 metros da barraca onde vivia o cacique de 83 anos. Há dois anos, eles moram no local. A maioria das famílias vive em barracos montados ao redor da sede da comunidade. Alguns agricultores estão a 500 metros, um ou dois quilômetros do acampamento. A proximidade geográfica acirrou os ânimos.

ARTICULA - João Gonçalves Myn é sobrinho do cacique João Maria. Jovem, ele articula bem seus pontos de vista, tem opiniões fortes. É um líder reconhecido por seu povo e pelas lideranças da Associação dos Povos e Organizações Indígenas



Simon, do Incra: refém

nas do Sul (Apoís), entidade que congrega as tribos guarani, kaingangue e xocling de toda a região Sul.

Gonçalves viaja a Brasília com frequência. Tem contatos importantes na capital federal. Busca unir seu povo, levando em conta o princípio de que um índio só consegue ser feliz na terra em que nasceu. Em poder dos quatro reféns, o cacique está usando a tecnologia para contatar com as entidades que apoiam os índios: um telefone celular preso à cintura.

■ CRONOLOGIA

□ 1919 - A Colonizadora Luci, Rosa & Cia compra as terras do Toldo e as negocia com desbravadores alemães e italianos, vindos do Rio Grande do Sul. Em oito décadas, famílias se formam, progridem e produzem nas terras compradas e escrituradas pelo governo federal. Propriedades vão sendo estruturadas. Permanece apenas o cacique João Maria Rodrigues Piroy, trabalhando para os colonos.

□ 1991 - Iniciam as reuniões de João Maria com seus descendentes para reaverem as terras em poder dos agricultores.

□ 1992 - João Maria está ameaçado de ser despejado do Toldo do Pinhal. É criado o grupo de trabalho para o estudo técnico, antropológico e fundiário da área.

□ 1993 - Funai faz o levantamento das benfeitorias das propriedades para indenizar os agricultores. O órgão representante dos índios considera 8.990 hectares como sendo terra indígena. O governo diz que só pode devolver 894 hectares. As famílias descendentes de João Maria ocupam o salão comunitário e a escola da localidade.

□ 1994 - Funai publica no Diário Oficial o parecer reconhecendo a terra como propriedade dos índios. Ministro da Justiça, Alexandre Duperay, assina portaria para a

demarcação da terra dos kaingangues.

□ 1995 - Colonos e índios viajam juntos a Brasília para uma audiência com o ministro da Justiça, Nelson Jobim, buscando pôr fim no impasse. Jobim promete criar uma comissão mista para reavaliar as benfeitorias. Aprovada a emenda ao orçamento da União, destinando R\$ 600 mil para indenizar os colonos.

□ 1996 - Incra entra no processo, buscando assentar os colonos. As pressões aumentam de parte a parte. Incra oferece aos agricultores terras em Santa Cecília e Abelardo Luz. Os imóveis não são aceitos. Alguns colonos querem tudo em dinheiro. Outros aceitam ser reassentados. Os grandes proprietários tentam dominar os menores, para ter representividade para barganhar. Líderes indígenas da região Sul se reúnem no Toldo para avaliar o impasse.

□ Dia 23 de outubro - Índios marcam uma reunião com Incra e Funai no acampamento. O administrador da Funai, Ademir Migliavaca, e o executor do Incra, Euclides Basso, vão ao encontro e são tomados como reféns. Um dia depois o superintendente do Incra, Ademar Simon, e o servidor da Funai, João Batista Oselane, vão à área para conversar com os índios e também ficam presos. ■

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL
Documentação

Fonte: *Domínio Cotoville*
Data: *27/10/96*
Class: *CONF*